

Apresentação

A escrita da apresentação deste número da Revista de Educação Popular (REP) demarca tempos que se encontram. Demarca o tempo de amadurecimento de um trabalho de gestão iniciado há quatro anos em que escolhas foram feitas e caminhos percorridos. Demarca também o tempo da colheita de resultados que muito nos orgulha: com satisfação, informamos que a REP recebeu avaliação B1 na área de Ensino. Este resultado, fruto da busca permanente pela excelência, torna-se ainda mais especial e relevante, quando observamos que foi alcançado sem a revista abdicar da essência da extensão, da educação, da cultura, da saúde e dos saberes populares. Se os caminhos da extensão e cultura populares guardam especificidades nem sempre (re)conhecidas pelo olhar da pesquisa, o que agora alcançamos é indicativo de que caminhamos com passos firmes em direção acertada. Pedimos, pois, licença às/ aos leitoras/es da REP para aqui manifestar nossos agradecimentos à equipe responsável por sua edição, bem como às/ aos autoras/es que escolheram essa revista como veículo de divulgação de seus trabalhos. É com elas/ eles e com vocês, leitoras/es que compartilhamos essa conquista!

Nesta edição, as/os leitoras/es encontrarão muito do que constituiu a REP um periódico de reconhecida excelência. O primeiro artigo traz uma importante reflexão sobre os campos que envolvem a educação popular. O fio condutor que perpassa o texto “Toda educação não formal é educação popular? Um olhar a partir da Argentina” nos leva da análise acerca da precisão teórica aos encontros e desencontros de campos de saberes que compõem a educação popular, considerando o modo como esta se apresenta no contexto da sociedade argentina. O segundo artigo, “Educação em práticas cooperativas”, que indiretamente dialoga com o anterior, traz a importante questão que, passando pelo reconhecimento da ampliação dos espaços formativos, demonstra como a experiência e práticas cotidianas são essenciais à contínua formação cidadã protagonista, a partir do reflexo sobre a experiência em espaços de cooperativas. O artigo seguinte, “Entre o ensino médio e o superior: as escolhas profissionais dos jovens de um cursinho pré-vestibular popular de Porto Alegre, Rio Grande do Sul”, traz ao centro da análise alguns dos sujeitos que integram a universidade pública. Porém, ao analisarmos, a partir do olhar do próprio estudante, elementos de sua trajetória e escolhas, encontramos elementos essenciais de formação que não se resume apenas à formação da/o jovem que escolhe determinado curso de graduação, mas do próprio processo de formação institucional, necessário para que a instituição pública de ensino corresponda à sociedade a qual integra. Na sequência, a educação infantil é refletida a partir do artigo “Educação infantil e pesquisa acadêmica”. O texto é fruto de experiências e reflexões sobre criança, infância e educação infantil e enfrenta a necessária aproximação dos campos teórico e prático, contribuindo decisivamente para o campo de análise e pesquisa. No quinto artigo, “A história da África e cultura afro-brasileira em situação escolar”, temos a reflexão sobre importante política pública afirmativa e suas possibilidades no universo da educação escolar. Ao trazer o resultado de experiência de estudo e prática com estudantes do 7º ano do ensino fundamental, têm-se inscritas novas possibilidades, como a resignificação de saberes acerca do conhecimento, possibilitando à/ ao estudante forjar sua própria experiência. O sexto artigo, também ligado à experiência educativa, explicita a discussão que envolve a educação em espaço rural. Intitulado “Educação do e no campo: problematizações acerca do currículo escolar e das políticas educacionais”, o texto busca refletir sobre a necessidade intrínseca do lugar e suas experiências nas ideias e sobre como estas necessitam derivar/dialogar

“com” e “para” o lugar. De fato, o texto traz elementos que ajudam a apontar para o amadurecimento das perspectivas que envolvem a educação do/para o campo, tendo este como o cerne das decisões e orientações. Na reflexão seguinte, temos a discussão de importante questão para uma sociedade como a brasileira que busca educar-se em direitos humanos para sua reprodução, fundada na busca constante da dignidade da pessoa humana. O texto “O uso de tecnologias digitais de informação e comunicação na educação de pessoas com deficiência” é fruto da análise de como a moderna tecnologia pode auxiliar esse público no processo pleno de sua cidadania, à luz dos pressupostos emancipatórios presentes no estatuto da pessoa com deficiência. De fato, as reflexões ali desenvolvidas expressam como determinada condição não pode ser entendida como limitante ou impeditiva, demonstrando como estas podem ser superadas a partir da mobilização de conhecimentos e tecnologias existentes, orientadas pela busca da realização cidadã de todos os sujeitos. O oitavo e último artigo, “A contribuição de Paulo Freire e a aproximação com os direitos humanos na práxis educativa da CEPLAR (1960-1964)”, revisita importante experiência da história de educação popular brasileira, reelaborando, a partir dos dias e questões atuais, a contribuição freireana para a constituição do campo de saberes “educação popular” e como este é umbilicalmente ligado à educação em direitos humanos.

A segunda parte da revista, composta por relatos de experiências, explicitam o fazer extensionista popular como importante elemento de formação. O primeiro relato traz as experiências vividas por uma professora que compôs sua trajetória profissional como docente da educação básica. O segundo apresenta o universo do vivido de grupo psicoeducacional com pais em situação de violência contra os filhos, trazendo dimensões que desautorizam conclusões ou posições superficiais de elementos que compõem a formação societária estrutural no Brasil. O terceiro e último relato, a partir do olhar e experiência de trabalhador rural vinculado a um movimento social de luta pela terra e pela dignidade do trabalho do/no campo, coloca em análise o papel e a função social da universidade pública, explicitando como a ela cabe, também, o papel de agente político no processo de reprodução social do espaço.

De fato, como as/os leitoras/es poderão constatar, os textos que integram esse volume da REP trazem alentada reflexão sobre o fazer extensionista a partir do campo da educação popular.

Por fim, fazemos uso deste espaço para renovar nossos agradecimentos e desejar que o ano de 2017 seja de avanços e conquistas no campo da extensão, educação, saúde e cultura populares e que estas possam aqui se refletir na forma de artigos e relatos que, certamente, retroalimentarão outras experiências formativas.

Abraço afetuoso,

Gláucia Carvalho Gomes
Diretora de Extensão